



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO
MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM-COFIS**

Av. Carlos Gomes, 1645 - Bairro São Cristóvão - CEP 76804085 - Porto Velho - RO -
<https://ipam.portovelho.ro.gov.br>

Ata de Reunião de Conselho Nº 8 - IPAM-COFIS

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DE 2026

(PREVIDÊNCIA)

Considerações Gerais

Pauta: a) Apresentação, análise e apreciação do **Relatório de Investimentos** referente à competência de **abril de 2026**;

b) Outros Assuntos.

Local: Sala do Conselho Municipal de Previdência (IPAM).

Data: 15/05/2026 **Início:** 13:00h

Participantes: **Francisco Roberto Paula de França** (Presidente do COFIS – Conselheiro Eleito), **Rita Ferreira Lima** (Suplente - Representante do Executivo); **Onildo Pires Araújo** (Representante do Executivo) e **Maria Betânia Basílio de Souza** (Conselheira Eleita) e conselheiros do CMPS.

Realizou-se a **9ª Reunião Ordinária da Previdência do Conselho Fiscal – COFIS**, sob a condução do Presidente do Conselho, e contou com a participação do **Gerente de Investimentos**, Sr. **Odilon**, responsável pela apresentação técnica do Relatório de Investimentos do RPPS/IPAM referente ao mês de abril de 2026. Após a verificação de quórum e registro em lista de presença, o Presidente declarou aberta a reunião, agradecendo a participação de todos e destacando a relevância da pauta, especialmente diante do cenário econômico nacional e internacional e seus reflexos sobre a carteira previdenciária.

Objetivos Tratados

A reunião teve como objetivo central a apresentação detalhada do Relatório de Investimentos da carteira previdenciária do IPAM, com análise técnica sobre desempenho patrimonial, rentabilidade, cumprimento da meta atuarial, enquadramento legal dos ativos, impactos das alterações regulatórias, cenário macroeconômico nacional e internacional, além da discussão sobre a necessidade de emissão de parecer mensal do COFIS quanto à conformidade e enquadramento dos investimentos realizados.

Síntese dos Assuntos Tratados

O Gerente de Investimentos iniciou sua apresentação contextualizando o cenário econômico doméstico, destacando que o Brasil apresentou, no mês de abril, uma economia mais resiliente do que o inicialmente projetado, sustentada por mercado de trabalho aquecido, manutenção de renda e estímulos econômicos pontuais. Ressaltou, contudo, que esse contexto também favorece pressões inflacionárias futuras. Informou que, embora a inflação de curto prazo tenha apresentado redução em linha com expectativas de mercado, especialmente nos grupos de alimentos, bebidas, saúde e cuidados pessoais, as projeções de médio e longo prazo permanecem preocupantes, com expectativa de inflação acima do teto previsto para 2026.

No campo da política monetária, explicou que o Banco Central promoveu nova redução da taxa Selic em apenas 0,25 ponto percentual, movimento considerado extremamente cauteloso, sinalizando limitação para cortes mais agressivos em razão das pressões inflacionárias e da fragilidade fiscal. Foi enfatizado que a expectativa anterior de cortes mais robustos, entre 0,5% e 0,75% por reunião, perdeu força, reforçando a tendência de juros elevados por período prolongado.

Na análise fiscal, foi observado que houve melhora conjuntural na arrecadação, porém sem solução estrutural para as contas públicas, permanecendo o risco fiscal como principal fator de insegurança econômica. Segundo o gestor, o elevado custo de manutenção de juros altos impacta diretamente o governo, especialmente porque grande parte dos recursos captados é destinada ao custeio de despesas correntes, como aposentadorias e pensões, sem retorno produtivo.

No cenário internacional, destacou-se o aumento das tensões no Oriente Médio, especialmente pelos conflitos envolvendo Israel, Irã e impactos regionais, refletindo diretamente na elevação do preço do petróleo, nas expectativas inflacionárias globais e nas políticas monetárias das principais economias. Foi ressaltado que os Estados Unidos seguem economicamente fortes, mas com risco inflacionário; a Europa permanece vulnerável em razão da dependência energética; e a China segue em recuperação sustentada majoritariamente por incentivos governamentais, ainda com demanda doméstica enfraquecida.

No desempenho dos mercados, a Bolsa brasileira apresentou comportamento misto ao longo de abril, com valorização inicial nos primeiros quinze dias e posterior retração, encerrando o mês de forma negativa. Em contrapartida, ativos internacionais, especialmente o fundo BB Bolsa Americana, registraram expressiva valorização de aproximadamente 11,01%, elevando seu patrimônio de R\$ 21,9 milhões para R\$ 24,4 milhões, representando ganho superior a R\$ 2,4 milhões apenas no mês.

A carteira consolidada do IPAM encerrou abril com patrimônio total de R\$ 1.279.051.258,89 (um bilhão, duzentos e setenta e nove milhões, cinquenta e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos), apresentando rendimento mensal de R\$ 16.590.970,17. No acumulado do ano, a rentabilidade da carteira atingiu 4,54%, frente a uma meta atuarial de 4,67%, correspondendo a 97,33% da meta estabelecida, com recuperação significativa em relação ao desempenho insatisfatório de março. No mês de abril especificamente, a carteira alcançou 1,31% de retorno, superando a meta atuarial mensal de 1,17%.

Na composição patrimonial, destacou-se predominância de ativos conservadores, com 49% da carteira aplicada em fundos de renda fixa (R\$ 632,2 milhões), 45,22% em títulos públicos federais (R\$ 578 milhões), majoritariamente marcados na curva, e 5,36% em renda variável e fundos estruturados. O gestor reforçou que a estratégia atual privilegia CDI e Tesouro Selic, aproveitando o atual patamar de juros elevados, minimizando volatilidade enquanto se aguarda oportunidade mais favorável para realocação futura.

Foram também apresentadas as distribuições institucionais, permanecendo sem alterações relevantes: Tesouro Nacional com 45% da carteira, Banco do Brasil com 32%, Caixa Econômica Federal com 22%, além de participações residuais em fundos imobiliários e fundos de participação.

No tocante ao enquadramento legal, o gestor detalhou os efeitos da nova resolução regulatória, esclarecendo que alguns desenquadramentos decorrem exclusivamente de alterações normativas, e não de novas movimentações da gestão. Explicou que há prazo de dois anos, até dezembro de 2027, para reenquadramento dos ativos, especialmente em relação a fundos de ações, fundos imobiliários e novas exigências sobre aquisição direta de títulos públicos, agora restrita a negociações específicas em determinados períodos. O Conselho foi informado de que a gestão não considera prudente realizar resgates precipitados ou realização de prejuízos imediatos, optando por estratégia de transição gradual e tecnicamente fundamentada.

3.1 Enquadramento na Resolução Atual

Caso seja Pró-Gestão, o sistema apresentará os limites já ajustados.

Artigo/Ativo	Percent. Autorizado	Percent. Alocado	Total	Enquadrado Resolução	Enq. art.18	Enq. art.19
Art. 7º, Inciso I, FI e ETF 100% em TPF	100,00%	49,43%	R\$632.232.301,79	Sim		
- BB FLUXO SOBERANO	0,00%	3,53%	R\$45.154.070,00	Sim	N/A	N/A
- BB PREVID RF IDKA 2A	0,00%	0,03%	R\$352.780,31	Sim	N/A	N/A
- BB PREVID RF IRF-M 1 TP	0,00%	3,54%	R\$45.244.062,75	Sim	N/A	N/A
- BB RENDA FIXA CURTO PRAZO AUT.	0,00%	0,12%	R\$1.564.770,73	Sim	N/A	N/A
- BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TP	0,00%	20,32%	R\$259.891.999,11	Sim	N/A	N/A
- CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES	0,00%	0,64%	R\$8.197.441,54	Sim	N/A	N/A
- CAIXA FI BRASIL IRF M 1 TP RF	0,00%	3,15%	R\$40.239.242,61	Sim	N/A	N/A
- CAIXA FI BRASIL TIT PUBL	0,00%	18,11%	R\$231.587.934,73	Sim	N/A	N/A
Art. 7º, Inciso III, TPF de Emissão do TN - Intermedia	0,00%	45,22%	R\$578.323.668,95	Nao		
- NTN-B (2026-7.605) - Curva	0,00%	4,24%	R\$54.242.700,97	Nao	N/A	N/A
- NTN-B (2026-8.34) - Curva	0,00%	4,27%	R\$54.608.997,17	Nao	N/A	N/A
- NTN-B (2030-5.2325) - Curva	0,00%	0,40%	R\$5.096.831,19	Nao	N/A	N/A
- NTN-B (2030-5.47) - Curva	0,00%	0,41%	R\$5.301.178,97	Nao	N/A	N/A
- NTN-B (2030-6.072) - Curva	0,00%	4,61%	R\$58.909.624,65	Nao	N/A	N/A
- NTN-B (2030-6.086) - Curva	0,00%	4,59%	R\$58.771.255,45	Nao	N/A	N/A
- NTN-B (2030-6.322) - Curva	0,00%	4,51%	R\$57.730.054,65	Nao	N/A	N/A
- NTN-B (2040-5.525) - Curva	0,00%	0,41%	R\$5.297.110,90	Nao	N/A	N/A
- NTN-B (2040-5.616) - Curva	0,00%	0,43%	R\$5.484.454,31	Nao	N/A	N/A
- NTN-B (2040-6.3215) - Curva	0,00%	4,61%	R\$58.961.446,77	Nao	N/A	N/A
- NTN-B (2040-6.342) - Curva	0,00%	4,62%	R\$59.138.555,28	Nao	N/A	N/A
- NTN-B (2040-6.483) - Curva	0,00%	4,51%	R\$57.672.565,99	Nao	N/A	N/A
- NTN-B (veto 2026)	0,00%	0,87%	R\$11.150.895,28	Nao	N/A	N/A
- NTN-B (veto 2045)	0,00%	6,72%	R\$85.957.997,39	Nao	N/A	N/A

Art. 8º, Inciso I, FI - Fundo de Ações em Geral	0,00%	5,26%	R\$67.283.535,65	Nao		
- BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIA	20,00%	1,91%	R\$24.401.387,92	Nao	Sim	Sim
- BB AÇÕES QUANTITATIVO FIC DE FI	20,00%	1,03%	R\$13.121.337,98	Nao	Sim	Sim
- BB AÇÕES SMALL CAPS FIC FI	20,00%	1,98%	R\$25.379.181,09	Nao	Sim	Sim
- FIC DE FIA CAIXA AÇÕES MULTIGEST	20,00%	0,34%	R\$4.381.628,66	Nao	Sim	Sim
Art. 10º, Inciso III, FI de FIP e FIC de FI	0,00%	-0,46%	(R\$5.850.619,69)	Sim		
- CONQUEST FIP	0,00%	-0,46%	(R\$5.850.619,69)	Sim	N/A	N/A
Art. 11º, FI Imobiliário - Of. Primária e/ou Pregão B3	0,00%	0,55%	R\$7.062.372,20	Nao		

- AQUILLA FUNDO DE INVESTIMENTO I	0,00%	0,55%	R\$7.062.372,20	Nao	N/A	N/A
			R\$1.279.051.258,90			

O Enquadramento no Artigo 18 da resol. CVM define que um RPPS não pode concentrar mais do que 20% dos recursos em um mesmo fundo (exceto se o fundo for 100% títulos públicos).

O Enquadramento no Artigo 19 da resol. CVM define que um RPPS não pode possuir mais de 15% do PL do fundo investido.

*Art. 27º - Não são considerados como inobservância aos limites e requisitos estabelecidos nesta Resolução os desenquadramentos passivos decorrentes de: Inciso I - entrada em vigor de alterações desta Resolução ou de regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil."

"§ 1º - Os excessos referidos neste artigo devem ser eliminados no prazo de dois anos da ocorrência do desenquadramento."

Data limite: 31/01/2028.

Durante os debates, os conselheiros discutiram os impactos da inflação, guerra, petróleo, câmbio e juros sobre os investimentos, destacando a importância do monitoramento contínuo. Houve consenso quanto à necessidade de postura conservadora, especialmente diante da volatilidade internacional e incertezas fiscais domésticas.

Outro ponto relevante foi a solicitação formal do Gerente de Investimentos para que o COFIS passe a emitir, mensalmente, parecer técnico sobre o Relatório de Investimentos, especialmente quanto ao enquadramento legal, conformidade regulatória e aderência às normas vigentes, a ser anexado oficialmente ao relatório mensal, em alinhamento com práticas já adotadas pelo Comitê de Investimentos.

Também foi informado que a Administração está em fase final de preparação para avaliação do Pró-Gestão, cuja certificação poderá ampliar significativamente a autonomia operacional do Instituto nas estratégias de investimentos.

Deliberações e Providências

Ficou deliberado que:

- O Relatório de Investimentos referente ao mês de abril de 2026 foi apresentado, analisado e considerado satisfatório pelos membros presentes, especialmente quanto ao desempenho da

carteira, superação da meta atuarial mensal e manutenção de estratégia prudencial.

- O COFIS passará a elaborar parecer mensal sobre o Relatório de Investimentos, com foco na análise do enquadramento legal, conformidade normativa e observância da política de investimentos.
- A Secretaria deverá alinhar, nas próximas atas e pareceres, estrutura padronizada que permita vinculação formal entre relatório, ata e parecer do Conselho Fiscal.
- O Conselho acompanhará com atenção o processo de certificação Pró-Gestão, visando ao reenquadramento regulatório nos termos da Resolução nº 5.272/2025, visto que atualmente os desenquadramentos possuem natureza passiva e regulatória, não representando irregularidade material dos ativos, mas demandam acompanhamento constante.
- Permanecerá como diretriz prioritária, neste cenário, a manutenção de postura conservadora, com ênfase em ativos de menor volatilidade, preservação patrimonial e busca contínua da meta atuarial. l.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, após esclarecimentos finais, debates técnicos e agradecimentos ao Gerente de Investimentos Odilon pela profundidade das informações apresentadas, bem como aos conselheiros e à secretária Karen pelo apoio aos trabalhos, o Presidente declarou encerrada a reunião, ressaltando a importância do acompanhamento técnico contínuo diante do cenário econômico desafiador, registrando que a prudência, a transparência e a fiscalização permanecerão como pilares fundamentais da atuação do Conselho Fiscal. Eu, secretária, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelos presentes.

Porto Velho/RO, 15 de maio de 2026.

Francisco Roberto Paula França

Presidente do COFIS

Rita Ferreira Lima

Suplente - Representante do Executivo

Maria Betânia Basílio de Souza

Representante Eleita

Onildo Pires Araújo

Representante do Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Rita Ferreira Lima, Conselheiro(a)**, em 03/06/2026, às 12:19, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Betânia Basílio de Souza, Conselheiro(a)**, em 03/06/2026, às 13:17, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Roberto Paula de Franca, Conselheiro(a)**, em



08/06/2026, às 09:39, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Onildo Pires Araújo, Conselheiro(a)**, em 08/06/2026, às 09:53, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **1000606** e o código CRC **05685525**.



011.001481/2026-99

1000606v8